



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS Dia 28 de março de 2018

C.M.E.E.P.
RES. 82/18
N.º 24
Rub. RAB

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2018, às 15:15 h. na Sala de Comissões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniram-se os membros da **Comissão Especial de Estudos Para Analisar e Estudar as Implicações Práticas e o cumprimento da Lei 13.882/16 “Postura Municipal em Parques Públicos no Município – Entrada de Animais”**, nos termos da Resolução nº 87/2017. Integram esta CEE, o Vereador Rodrigo Simões (PDT) – Presidente e os Vereadores Jean Corauci (PDT), Dadinho (PTB) e Aduino Marmita (PR) - Membros. O Vereador Rodrigo Simões inicia os trabalhos, solicitando a juntada ao processo, de protocolos encaminhados as imprensas do município, bem como a vereadores e aos departamentos responsáveis no auxílio desta CEE, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, em especial do vereador Aduino Marmita e vereador Jean Corauci, membros desta CEE, os Senhores Alexandre Betarello – Coordenador da Coordenadoria de Limpeza Urbana(CLU) e Domingos Antonio Fortuna Filho - Diretor Operacional da Guarda Civil Municipal(GCM), diz que o objetivo da CEE seria apurar, saber o que está o acontecendo com esta Lei que autoriza a entrada de animais nos parques de Ribeirão Preto, saber na prática sobre o funcionamento, sobre a estrutura do município, como está a aplicação desta Lei no dia a dia. Agradece novamente a presenças dos convidados que compõem a mesa Sr Betarello e Sr Fortuna, e cita a presença do Sr Alexandre Miranda e da Sra Suze Catita, ambos da causa animal. Dando início aos depoimentos o presidente após um breve relato sobre a Lei 13.882/16, passa a palavra ao Sr Fortuna da GCM, para esclarecer da parte da Guarda Civil Municipal, mesmo sabendo as limitações gerais que a mesma tem, como que a Guarda Civil Municipal vê hoje a entrada dos animais nos parques.

No uso da palavra Fortuna inicia agradecendo o convite, e diz que Guarda Civil Municipal atende praticamente todos os parques, porém não permanece o tempo todo nos parques, devido a outros acontecimentos de emergência, como por exemplo um problema que venha a ocorrer na Câmara Municipal é utilizado os guardas que estiverem no parque para atender o ocorrido, o que acontece também para a área da saúde, e outros. No início da implantação da lei, ocorreram vários problemas com as pessoas, as pessoas geram mais problemas que os animais, não temos problemas com os animais. Primeiro que as pessoas ao chegarem no parque soltam os animais, quando o guarda “chamava” a atenção as vezes acatavam, as vezes não, sendo as vezes necessário uma interferência mais direta, para que as pessoas colocassem os animais na guia, outro problema é o tamanho das guias, pois quando muito longa, atrapalha as outras atividades como por exemplo andar de bicicletas, patins, gerando uma série de reclamações. Outro problema junto aos guardas é o porte dos animais, o que pode e o que não pode, na tentativa de solucionar este problema, entramos em contato junto ao conselho de veterinário para saber o que era considerado porte pequeno e porte grande para poder ser passado aos guardas, porém na legislação falou-se também sobre o peso



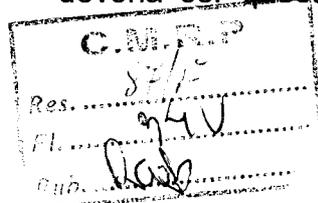
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

do animal de até 10 kgs, mas se chegasse um animal de grande porte porém filhote, ficava o empasse pode ou não pode, mas o que mais gera atritos entre munícipes, são as fezes, as pessoas não recolhem, e que isto é uma questão de educação, outro ponto é que é natural a marcação de território que o animal macho faz, isto junto a uma mãe com seu filho gera alguns atritos, eu entendo que uma maior educação da população, possamos de alguma forma, com campanhas educativa amenizar este tipo de problema, mais o conflito existe, famílias procuram o parque para lazer, e as vezes os animais, acabam por atrapalhar um pouco este lazer, gerando alguns desconfortos. Não tivemos até o momento, é bom ser falado, não tivemos nenhum caso grave de cachorros avançar em alguma criança, o que tem as vezes é o caso do cachorro estranhar, mas nada de chegar a morder, isto nós nunca tivemos. Rodrigo Simões, faz uma observação que as reclamações são mais com sujeiras e os cachorros soltos das coleiras. Segundo Fortuna, seria isto mesmo, a sujeira, cachorros soltos, e as vezes da própria guia atrapalhar outras atividades. Os espaços deveriam ser melhor delimitados, isto de repente já ajudaria, tendo um espaço para caminhar, para corrida, um espaço para o cão, mas em nossos parques hoje isto não é possível. Com o uso da palavra o presidente faz um breve relato sobre um acontecimento específico em um parque da cidade e pede para que seja anexo à ata um CD (gravado pelo próprio presidente), mostrando a realidade do que ocorreu neste evento, o mesmo viu a chegada de uma família com seu animal de estimação e ficou observando, quando viu que o animal foi solto, o vereador ficou impressionado com a falta de bom senso em relação a Lei, a mesma foi criada para benefício do animal, em primeiro lugar do animal e a pessoa tem a capacidade de levar o animal a um parque e não levar um saquinho plástico, não levar nada, lógico é questão de educação, de cultura respeito, mas falta bom senso, falta respeito, àquilo que era favorável ao animal está sendo usado contra ele, então coincidentemente ocorre neste evento esta situação, faz menção resumida do fato novamente.

No uso da palavra o Ver Jean Corauci, alerta ainda sobre a possível situação do animal sumir, e ter que recorrer a Guarda, afirmando que além de não cumprirem a Lei ainda tem que recorrer a ajuda dos policiais, é visto então que além da não utilização da melhor maneira possível as vantagens que a Lei traz.

O Ver Rodrigo Simões, passa a palavra ao Sr Alexandre Betarello Coordenador da CLU, para que o mesmo fale sobre a posição da coordenadoria em relação à presença dos animais nos parques públicos de Ribeirão Preto.

Sr Alexandre, cumprimenta a todos os presentes e afirma que falará somente sobre o que é a sua pasta, que é realmente a limpeza e manutenção dos parques, diz que enfrentam problemas com a questão das fezes dos animais, com uma certa frequência, e que dentro da coordenadoria há a autorização de utilização dos parques para eventos diversos, e que muitas das vezes para alguns eventos as pessoas falam sobre a sujeira dos parques, sobre as fezes dos animais. Esta é uma situação que a gente enfrenta, mas priorizamos a manutenção dos parques, e que existe uma Lei e que como órgão da Prefeitura devemos cumprir. Os funcionários que estão fazendo a manutenção, não tem como fazer as duas coisas, ou ele vai fazer o serviço da manutenção ou vai ficar olhando como estão os animais. Em 2014 houveram alguns pareceres de comissões alegando vários pontos que a Lei deveria ser questionada com um maior cuidado, se posicionando de maneira

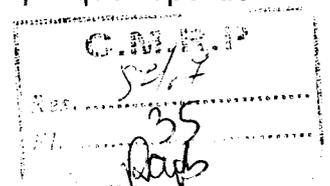




Câmara Municipal de Ribeirão Preto

contrária a criação da Lei. Sr Alexandre, diz que tudo que é falado na coordenadoria, tem que ter um planejamento e ser pensado além, qual o impacto que isso dá na manutenção de se ter a liberdade de se andar com os animais no parque. É um direito o passeio com os animais, então vamos criar mecanismos para que não haja conflitos de interesse. Rodrigo Simões, afirma que existem mecanismos, e que as pessoas não as respeitam, não respeitam a Lei. Esta Lei veio de uma ideia do Sr Alexandre Miranda da Causa Animal, e que a abertura da CEE se dá em função de várias reclamações, existe um benefício e ele não está sendo utilizado da forma como deve ser. O Presidente convida o Sr Alexandre Miranda para fazer parte da mesa e mostrar a sua posição sobre o tema. Com a palavra Alexandre cumprimenta todos os presentes, e diz que assim como já dito na primeira reunião falta tolerância, educação daqueles que teoricamente se beneficiam da Lei e tolerância daqueles que talvez não gostem muito de animais, é pontuar alguns comentários, a guia tem que ser respeitada a Lei não diz uma metragem, não nos atentamos na época sobre isto, mas parte um pouco também da tolerância, do bom senso, já ouvi comentários sobre ter que desviar a trajetória, devido as guias, mas isto acontece com outras atividades também, não há problemas com isso, dá pra conviver numa harmonia bem legal, o que falta é um pouquinho de respeito. Alexandre acha positivo tentar pensar em algo específico para o animal, não um cercado limitando o espaço do animal, mas algo do tipo que o animal tenha mais tranquilidade, um ambiente voltado para o animal. Como falado na reunião anterior é essencial um pouco mais de informação, um pouco mais de sinalização no parque, tem parque que não tem informação nenhuma, se pode ou não pode, é obrigação de todo cidadão ter conhecimento da Lei, mas nem todos tem por diversos motivos, é possível que diversas pessoas não saibam que não pode ficar com o animal solto no parque, e só ficam sabendo quando abordadas por um guarda informando que não pode, ainda tem muita gente que faz sem saber mesmo, sem maldade, sem querer tirar vantagem em cima da Lei. Acredito que é preciso um pouco mais de divulgação não sei se pela Prefeitura ou por nós mesmos, a Lei é muito positiva, este convívio é muito positivo não somente com os animais mas entre todos, os animais hoje podem entrar em shopping, viajar, entrar em hospitais, pois trazem benefícios para a saúde, mas dentro de controle, ainda falta tolerância e educação.

Rodrigo Simões convida a Sra Suze Catita, para fazer parte da mesa e passa a palavra a mesma. Suze no uso da palavra cumprimenta a todos, e diz que todos nós temos razões, o que não se pode é tirar ainda mais o direito do animal, diante de tudo o que está acontecendo o que falta é o que já mencionamos a um tempo atrás, um projeto de conscientização feito pela prefeitura, feito pelo Causa Animal ou pelos dois conseguiríamos um retorno, um resultado, se existe uma lei, um benefício quando do desrespeito há uma penalidade, seja ela qual for então isso deveria ficar claro, não sabemos qual a pena, mas de repente não entrar no parque, é importante adequar algumas questões, quando colocado em prática um projeto é que percebesse algumas necessidades, começamos a estipular algumas coisas, é legal a caminhada, andar de bicicleta, o passeio do cachorro, a guia em que ser mais curta, catar as fezes do animal, então tudo isso projeto de conscientização que temos que criar para poder manter, devido ao aumento de ativistas a nível mundial, sabemos da falta de mão de obra da Prefeitura para qualquer tipo de





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

fiscalização. Nós da Causa Animal queremos ajudar, ser útil, parcerar no que pudermos fazer neste projeto, é muito válido.

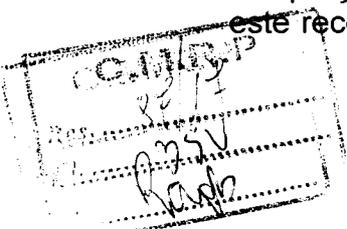
Rodrigo Simões, passa a palavra ao Ver Marmita, inicia cumprimentando a todos os presentes e dizendo o quanto é válido as palavras do Sr Alexandre Miranda o parque deveria ter um controle, é o passeio do animal, é o andar de skate, não teria como ter um controle por exemplo, para quando as pessoas chegassem com os animais no parque, um cadastro, ser passado o que pode ou não pode e serem responsáveis pelo animal? O parque deveria ter um funcionário para orientar ao cuidador do animal, ter um cadastro do que pode ser feito ou não, isto já deveria existir, deveria haver um controle de tudo, não somente dos animais, colocando culpa somente neles, deveria ter um controle na portaria.

Rodrigo Simões, pergunta ao Sr Betarello se a Prefeitura tem condições de sinalizar todos os parques de Ribeirão Preto, sobre a Lei, sinalizado com autorizado conforme lei, desde que com coleira, saquinho, mostrar a Lei as pessoas, que elas podem levar seus animais aos parques mas tem que cumprir?

Botelho afirma que tudo é possível, se tudo for construído de uma maneira que se há a possibilidade para ser feito, porém hoje na Prefeitura não há uma portaria que faça este controle, está sendo preparado, para futura apresentação a vocês, a sociedade, a Câmara quem vai cuidar da gestão dos parques e quem vai cuidar da manutenção dos parques, antes disto, a Lei tem que passar por uma situação de revisão, como vai ser feito isso, como isto vai funcionar. Tem que ser feito um desenho que fique equilibrado, que fique claro, tem que preparar esta base se não, não podemos fazer. Tudo cai na questão do direito, do dever, do entendimento, da educação, questão de educação ambiental, tudo cai na situação. Ainda com a palavra fala sobre a vacinação, como ficaria a vacinação? Teremos que ter um veterinário para fiscalizar a vacinação, pois nos parques temos animais silvestres, estas coisas têm que ser contempladas, tem que estar na balança, questões de vacinação, convívio de animais domésticos e silvestres. Então este é o momento, esta comissão de estudos veio para podermos repensar, revermos, vamos fazer um desenho diferente, fazer mudanças para melhorar, para que se tenha um bom convívio. Tudo é possível, desde que se sente com a dedicação de se fazer bem feito. O Sr Alexandre, faz um breve relato sobre cursos de integrada que fala sobre ISO, e cita sobre a Gestão Ambiental, quando colocado em prática o uso de um produto, no caso da Lei, deve se pensar em todas as ações, que vamos fazer, e o órgão público tem um peso muito grande, temos que ter consciência de elaboração de qualquer ação, neste sentido. As vezes a tomada de decisão de se colocar um programa não contempla 100%, contempla apenas 50% de seu atendimento, isto é ruim, isto nasceu errado, então vamos tentar consertar o que está errado.

Vereador Marmita, fala sobre a importância do controle, sobra a questão da vacinação o próprio dono teria que mostrar, o que falta é um funcionário para cuidar disso. Não teria como colocar um funcionário no parque para controlar isto? Como foi dito, tem que haver uma punição para aqueles que não cumprem a Lei.

Em resposta, Alexandre novamente diz que tudo é possível, mas quando se fala em colocar funcionários, isto envolve custos e onde buscar o recurso? Não temos como criar uma dotação para isto. Cito um exemplo de ser colocado mais lixeira nas praças, não tenho nenhum contrato na Prefeitura hoje, que me permita colocar este recolhimento, eu preciso de um funcionário seja direto ou indireto para fazer





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

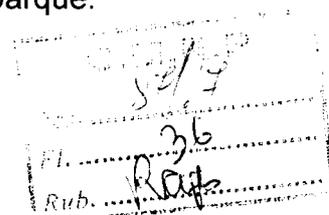
este recolhimento, então a gente precisa de criar mecanismos, precisamos de buscar esta fonte de recursos, como fazer, novamente eu digo, temos que sentar e desenhar como fazer, como dito dá para fazer, mas tem que nascer bem feito. Construir com eficiência para gerar a eficácia, este é um pensamento “meu” e que o governo também sinaliza neste sentido, tudo pode desde que.

Segundo Suze, a palavra hoje é a parceria, muitas pessoas pensam errado. A união é indispensável, existem várias ideias. Registros no órgão da Prefeitura, assim o senso animal poderia ser trabalhado pela prefeitura.

Na palavra Alexandre, fala parceria, ele cita um caso específico no ano de 2016 vivido pela coordenadoria referente a limpeza no Morro do São Bento, houve manifestações negativas, julgando atitudes da coordenadoria de limpeza, no trato com os animais lá existentes, após uma reunião realizada com uma pessoa que cuidava dos animais, foi exposto a situação de necessidade de limpeza do local, verificou-se após uma “negociação”, que houve um resultado positivo, e que a partir daí a pessoa passou a auxiliar na limpeza do local e conseqüentemente uma melhor organização em como alimentar os animais e um melhor cuidado. Betarello diz concordar com a Sra Suze de que é hora de ver o que se tem, organizar, para quando for lançar o projeto novamente, para que não haja arestas a serem aparadas.

Segundo Jean Corauci, o principal ponto seria o da educação, diversas atividades sendo realizadas no mesmo local de repente não daria certo, falta bom senso das pessoas, em relação ao não encontro das lixeiras, é motivo para descarte de lixos em qualquer lugar, a ideia do cadastro dos animais com o Abandono Zero, com a Republica dos Pets, que já tiveram aqui na primeira reunião anterior, e trouxeram algumas informações, é certeza que poderiam ajudar e abraçar a causa, inclusive com o “Cata cacas”, que é um trabalho que eles fazem, já se propuseram a ajudar na questão do Morro do São Bento, no abandono dos animais, na castração, mas isto tudo é lógico que não viria de graça, por serem uma empresa fazendo tipo de uma sociedade com a Prefeitura, querendo a contrapartida, eles buscariam parcerias com empresas que fazem este tipo de serviço, esperando ao menos uma propaganda da empresa em um cata caca que fosse colocado, ou em casa saquinho distribuído. Neste ponto de vista, seria excelente pois não haveria custos para a Prefeitura. O registro seria como uma “carteirinha de sócio” do animal, de tempos em tempos deveria haver uma verificação de vacinação a carteirinha de registro e o animal estando no local, com a carteirinha de identificação, e acontecer qualquer coisa, seria possível saber quem é o responsável, para tudo a regras, porém precisa ser cumpridas, para que continue sendo permitido a presença dos animais nos parques, de repente a criação de uma área dentro do parque, um “Parcão”, para os animais usufruírem melhor, temos que avaliar, todas as pessoas devem ser ouvidas, nada mais justo que todas as pessoas possam utilizar o parque da melhor maneira possível, o vereador mais uma vez parabeniza o presidente pela iniciativa.

O presidente pede deliberação neste ato junto aos membros da comissão, sobre a realização de uma diligência no dia 07/04/2018 às 09:00 hr no Parque Luis Carlos Raya para que sejam ouvidas as pessoas que frequentam o parque.





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Ver Adauto Marmita em suas últimas considerações fala que na casa tem bons projetos que sempre há custos, não ficar somente na dependência dos cuidadores, quem tem sim que ter no parque alguém para controlar a entrada dos animais nos parques, que mostra uma certa valorização das pessoas em relação ao cuidado com o animal, falta do poder executivo um pouco mais de ajuda no andamento, não é somente jogar a bola para frente justificando que tudo é gasto, porém se não houver gastos, não se pode fazer nada.

Botarello como representante do poder executivo reafirma que o poder não está dizendo que não fará, porém precisa de saber onde buscar, onde se tem este recurso para atender a demanda, se não tiver onde buscar, vai inviabilizar qualquer coisa, precisa buscar a situação para fazer a coisa acontecer, precisa da dotação. Sr Botarello encerra agradecendo o convite em estar aqui

Em suas considerações finais Sr Foturna, lembra a todos que nos parques tem sempre um cachorro do guarda cuidado por ele, como tem que ser, com vacinação. Como foi falado pela Sra Suze, existe um mecanismo, quando falado do cadastro, de repente a criação de uma taxa sendo ela revertida para a manutenção, e o caso de descumprimento uma taxa um pouco maior, pode ser um caminho, uma sugestão, agradece mais uma vez o convite e se diz disposto em auxiliar no que for possível. A íntegra dessa reunião foi gravada em mídia áudio visual e encontra-se anexada, fazendo parte integrante dessa ata. Nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, a reunião foi encerrada às 16:04 horas, da qual para constar, eu Adelia Maria Rodrigues Lima Adelia servidora desta CMRP, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente desta CEE.



**VEREADOR RODRIGO SIMÕES
PRESIDENTE DA CEE**